

Visibilidade Dos Sistemas de Créditos Académicos Nos Países Lusófonos

*Visibilidad de los Sistemas de Créditos Académicos en los
Países de Lengua Portuguesa*

*Academic Credit Systems Visibility in Portuguese Speaking
Countries*

Eurico Wongo Gungula; Josefina Castellero Velasquez** y Maria da
Conceição Barbosa Rodrigues Mendes****

Resumen

El presente artículo es síntesis de una investigación social sobre la importancia de los sistemas de créditos académicos, motivada por la actual tendencia internacional de dinamización, de reestructuración y de mejora de la calidad de la Educación Superior. Su objetivo es contribuir al proceso de sensibilización interinstitucional sobre la necesidad de estructuración y de implementación de un sistema de créditos académicos, como factor de viabilización de la movilidad académica en los países de Lengua Portuguesa, teniendo en cuenta las limitaciones que enfrenta el capital humano formado en universidades africanas, para dar continuidad a sus estudios (formación de grado y posgrado) en universidades americanas e europeas fundamentalmente. Para su implementación en la práctica académica, se sistematizaron acciones conducentes al desarrollo del pensamiento científico e interpretativo del capital humano, pautadas esencialmente en la socialización de

* Doutor em Ciências Pedagógicas, Universidade de Oriente - Cuba. Investigador académico da Universidade Óscar Ribas, Luanda - Angola. Correo electrónico: euricowongowongo@gmail.com

** Mestre em Psicologia Educacional, Universidade Estatal de San Petersburgo - Rússia. Investigadora académica da Universidade Óscar Ribas, Luanda - Angola.

*** Doutora em Ciências da Educação, Universidade do Minho - Portugal. Investigadora académica da Universidade Katyavala Bwila, Benguela - Angola.

procedimientos de sensibilización interinstitucional relacionados con la estructuración y la implementación de créditos académicos en las Instituciones de Educación Superior. El enfoque metodológico seguido en su desarrollo y ejemplificación práctica es fundamentalmente cualitativo, pautado en la investigación – acción, como un tipo de investigación social basada en la observación de fenómenos asociados a la acción y a la resolución de problemas concretos, donde la participación activa y comprometida del investigador y demás implicados en el proceso, desempeñan un rol fundamental en su transformación. Los resultados obtenidos evidencian la necesidad de estructuración y de implementación de un sistema de créditos académicos armonizados como factor de viabilización de la movilidad académica en Instituciones de Educación Superior en los países de Lengua Portuguesa.

Palabras clave: movilidad académica, crédito académico, calidad de la enseñanza, países de lengua portuguesa.

RECIBIDO: febrero 2017

ACEPTADO: marzo 2017

Resumo

O presente artigo é síntese de uma investigação social sobre a importância dos sistemas de créditos académicos, motivada pela actual tendência internacional de dinamização, de reestruturação e de melhoria da qualidade do Ensino Superior. O seu objectivo é contribuir para o processo de sensibilização interinstitucional sobre a necessidade de estruturação e de implementação de um sistema de créditos académicos harmonizados, como factor de viabilização da mobilidade académica nos países lusófonos, devido às limitações que o capital humano formado em universidades africanas atravessa, e às perspectivas de continuidade dos estudos (formação graduada e pós-graduada) em universidades americanas e europeias fundamentalmente. Para a sua implementação na prática académica, sistematizaram-se acções conducentes ao desenvolvimento do pensamento científico e interpretativo do capital humano, pautadas essencialmente pela socialização de procedimentos de sensibilização interinstitucional relacionados com a estruturação e a implementação de sistemas de créditos académicos em Instituições de Ensino Superior públicas e privadas. O enfoque metodológico seguido no seu desenvolvimento e exemplificação prática é fundamentalmente qualitativo, pautado pela investigação - acção, como um tipo de investigação social baseada na observação de fenómenos associados à acção e à resolução de problemas concretos, onde a participação activa e comprometida do investigador e demais envolvidos no processo, desempenha um papel fundamental na

sua transformação. Os resultados obtidos evidenciam a pertinência da estruturação e da implementação de um sistema de créditos académicos harmonizados como factor de viabilização da mobilidade académica nas Instituições de Ensino Superior lusófonas.

Palavras chave: mobilidade académica, crédito académico, qualidade de ensino, países lusófonos.

Abstract

This article is a synthesis of a social research on the importance of academic credit systems inspired by the present international trend towards dynamics, reforms, and quality improvements in Higher Education. The aim is to contribute to the inter-institutional awareness on the need to structure and implement academic credits as enablers of academic mobility in the Portuguese Speaking Countries. Thus bearing in mind the limitations in Human Capital graduated from African universities to be able to pursue postgraduate academic training mainly within American and European universities; actions were put in place to structure and implement credits in an academic daily basis, in order to achieve the Human Capital development both in scientific and interpretative knowledge. These actions were based on social integration of procedures of inter-institutional awareness related to structuring and implementing academic credits in Higher Education Institutions both public and private. The chosen methodological approach, its development and practical examples are mainly qualitative. Due to active research, a type of social research based on the observation of phenomena associated to action and problem solving strategies; where the researcher's (and other people involved) engagement and participation are the keys for change. The obtained results show the need to structure and implement academic credits as enablers of academic mobility in Higher Education Institutions in the Portuguese Speaking Countries.

Keywords: academic mobility, academic credit, teaching quality, portuguese speaking countries.

Introdução

Ao longo dos últimos quinze anos, a problemática da equivalência de títulos académicos tem constituído uma preocupação do capital humano angolano formado em Instituições de Ensino Superior (IES) angolanas e africanas, por consequência das limitações que se têm encontrado no processo de integração em programas de pós-graduação académica oferecidos por IES americanas e europeias fundamentalmente,

Eurico Wongo Gungula, Josefina Castellero Velasquez y Maria da Conceição Barbosa Rodrigues Mendes,
Telos Vol. 19, No. 2 (2017). 288-307.

assim como na sua integração profissional. Langa (2012); Mendes (2013); Gungula (2016).

Estas limitações repercutem-se na sua auto-estima e desempenho profissional, essencialmente em circunstâncias de revelar logicamente a transcendência da implementação de um sistema de créditos académicos que contribua a melhorar o processo de organização das distintas IES angolanas, integradas nas sete regiões académicas, bem como, para o aperfeiçoamento do processo de investigação científica, tecnológica e de formação pós-graduada realizado nas IES. República de Angola (2009a).

Produto da sistematização teórica realizada sobre a problemática exposta nos parágrafos anteriores, desenvolve-se na Universidade Óscar Ribas (UÓR) em Luanda - Angola, desde Agosto de 2015 até à actualidade, uma investigação social que objectiva contribuir para o processo de sensibilização interinstitucional sobre a necessidade de análise, de estruturação e de implementação de um Sistema de Créditos Académicos Harmonizados (SCAH) como factor de viabilização da mobilidade académica nacional e nos países lusófonos. A proposta tem como base central as limitações que o capital humano formado em IES lusófonas africanas atravessa para integrar-se em programas de formação pós-graduada académica oferecidos por IES americanas e europeias principalmente.

Os resultados alcançados evidenciam a necessidade de estruturação e de implementação de um Sistema de Créditos Académicos Harmonizados como factor de viabilização da mobilidade académica em IES angolanas e lusófonas.

Referentes teóricos

Mobilidade académica: aspectos conceituais, contextualização e pertinência da harmonização dos sistemas de créditos académicos no Ensino Superior

As motivações para a estruturação e a implementação de sistemas de créditos académicos no Ensino Superior remontam aos finais do século XIX, em que se experimentou com sucesso, o sistema de hora - crédito na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos da América. Os recentes acordos sobre os sistemas de créditos académicos estabelecidos pela maioria dos governos e gestores de IES da

Comunidade Europeia, fundamentalmente, têm dado um significativo impulso, especialmente a partir da Declaração de Sorbonne (1998), que alicerçou as bases para a criação de um espaço europeu de Ensino Superior consistente. Com a mesma projecção, derivou a Declaração de Bolonha (1999), que solidificou os princípios e compromissos para a viabilização da cooperação interinstitucional, assim como, a garantia da qualidade do Ensino Superior.

As Declarações mencionadas e tratados subsequentes, estimularam a distintos governos e gestores de IES dos seis continentes, a promoverem diálogos que derivem de propostas conducentes à estruturação e à implementação de sistemas de créditos académicos contextualizados, baseando-se fundamentalmente na carga de trabalho académico que, um estudante com rendimento médio necessita para alcançar os objectivos de um programa de estudos, quer em termos de resultados da apropriação de conhecimentos e de desenvolvimento intelectual, quer de competências académicas ou profissionais.

Incentivada pelos resultados alcançados pelo Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos, Nunes (2001); ECTS (2015), a problemática da contextualização e da interpretação lógica da necessidade de estruturação e de implementação de um SCAH para a solução de problemas relacionados com a equivalência de títulos académicos como factor de viabilização da mobilidade académica em IES angolanas e lusófonas constitui, actualmente, temática de elevada reflexão e debates científico - metodológico na UÓR Gungula (2016: p. 7).

As anteriores iniciativas derivam do facto de, nas IES angolanas, onde se desenvolvem programas de formação graduada e pós-graduação profissional e académica, se constatar actualmente, a inexistência de um instrumento (configurado, em nossa opinião no SCAH) nacional ou regional que possibilite estabelecer com precisão, a equivalência de títulos académicos emitidos em diversas IES angolanas e lusófonas, como factor de viabilização da mobilidade académica internacional. República de Angola (2001); República de Angola (2005); República de Angola (2009b); Mendes e Da Silva (2011); República de Angola (2016a: p. 4010).

Não obstante, visualiza-se no Decreto n.º 84/16, que aprova a criação da Academia de Ciências Sociais e Tecnologias de Angola (ACITE), a necessidade de promover a mobilidade académica dos estudantes, docentes e investigadores. República de Angola (2016b, p. 1484).

De facto, a estruturação e a implementação do referido instrumento, poderá facilitar aos implicados e responsáveis pelo aperfeiçoamento do processo de

viabilização da mobilidade académica nacional, regional e internacional, no âmbito da planificação, da organização e da supervisão das etapas determinadas para sua generalização, quer sejam titulares de órgãos de gestão em IES públicas ou privadas, quer sejam titulares do Departamento Ministerial de Tutela. Possibilitará ainda, gerar procedimentos comuns que garantam o reconhecimento da equivalência académica de estudos realizados dentro de Angola e noutras instituições protocoladas para o efeito. Brovetto (s/a); Comissão Europeia (1998).

Estas insuficiências, unidas ao acelerado desenvolvimento científico e tecnológico que ocorre actualmente no mundo, bem como as exigências formativas que caracterizam a preparação dos estudantes que ingressam no Ensino Superior contemporâneo, fundamentam a necessidade de se elevarem os níveis de discussão científica, de contextualização, de estruturação e de implementação de sistemas de créditos académicos que contribuam a estabelecer com precisão as equivalências de títulos e diplomas académicos emitidos em distintas IES angolanas e lusófonas.

O anterior implica ter em conta o nível de desenvolvimento do pensamento lógico e interpretativo de cada actor envolvido no processo; os procedimentos precedentes que servem de base para o reconhecimento de estudos realizados dentro e fora das respectivas instituições; a orientação disponibilizada pelos titulares de órgãos executivos em IES, sobre o processo de viabilização da mobilidade académica nacional e internacional, assim como o nível de significação que pode despertar nos estudantes, professores e investigadores, a estruturação e a contextualização de um SCAH como factor de viabilização da mobilidade académica nacional e internacional.

Tendo em conta a multiplicidade de formas de análise e de compreensão, sublinha-se que a proposta de criação de um SCAH para os países lusófonos, centra-se fundamentalmente em contribuir para o estabelecimento de padrões de referência que permitam aproximar planos de estudos de diversos sistemas de educação e ensino, com base nos quais se poderá aferir uma integração curricular e de harmonização equilibrada dos programas de estudos; na standardização de equivalências, no reconhecimento de títulos e diplomas académicos, bem como, elevar a auto – estima e confiança dos estudantes, professores e investigadores em processo de formação ou superação, em IES protocoladas para o efeito.

Nesse sentido, a formulação e a sistematização contextualizada de procedimentos relacionados com a mobilidade académica, constituem-se em objectivos específicos, pelo elevado nível de organização e de significação que representam para os

estudantes, professores, investigadores e gestores de IES públicas e privadas; pela necessária compreensão e adequada reestruturação dos programas de estudos, pela requerida harmonização da carga horária das unidades curriculares, entre outros aspectos que convergem para a transformação qualitativa das IES protocoladas.

Países como Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné - Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor – Leste, entre outros, têm realizado fóruns sistemáticos, conferências científicas e debates metodológicos cujos resultados convergem na necessidade de estruturação de um sistema de controlo da qualidade das actividades realizadas pelas distintas IES, através da adopção de políticas adequadas para a regulação, acreditação, reconhecimento e avaliação das respectivas instituições, em consonância com as estratégias de implementação de sistemas de créditos académicos, que contribuam para estabelecer com precisão as equivalências de títulos e diplomas académicos emitidos em todas as instituições protocoladas. Dias Sobrinho (2006); Tenório e Andrade (2009); República de Cabo Verde (2010); Mendes e Da Silva (2011); Langa (2013); República de Angola (2013); Tauchen, Mendes e Devechi (2015); República de Angola, (2016b); Tauchen (2016).

Contudo, apesar das notáveis experiências dos países lusófonos no que concerne à estruturação de sistemas de créditos académicos nos âmbitos nacional e institucional, destacam-se as experiências e vantagens de Portugal e Brasil, tendo em conta os avanços registados na gestão e na inovação do subsistema de Ensino Superior Europeu e Latino - Americano, ao incorporar o tema da qualidade do ensino universitário, com o dos créditos académicos. Restrepo (2008); *Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area* (2015).

Não obstante as experiências sistematizadas por Portugal e Brasil, no Decreto - Legislativo nº 2/2010, artigo 36.º, da República de Cabo Verde, visualiza-se a organização e o reconhecimento da formação ministrada pelas IES cabo-verdianas, por sistema de créditos, baseados no princípio do reconhecimento mútuo do valor da formação e das competências adquiridas. Do mesmo modo, em São Tomé e Príncipe, é possível constatar no Artigo 61.º da Lei n.º 2/2003, a projecção da definição do sistema de equivalência de estudos, graus e diplomas do sistema educativo santomense e os de outros países, bem como as condições em que os estudantes do Ensino Superior podem frequentar em instituições congéneres estrangeiras, parte dos seus cursos, assim como os critérios de determinação das unidades de créditos transferíveis. República de São Tomé e Príncipe (2003).

Em Moçambique existem resultados enfocados à aprovação e à implementação de um Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos, bem

Eurico Wongo Gungula, Josefina Castellero Velasquez y Maria da Conceição Barbosa Rodrigues Mendes,
Telos Vol. 19, No. 2 (2017). 288-307.

como o Sistema Nacional de Avaliação da Qualidade no Ensino Superior, como medidas para incrementar a melhoria da qualidade de ensino. Rodrigues e Cassy (2011); Langa (2014); Ribáuè (2016).

Em Angola, Guiné - Bissau e Timor - Leste, constata-se fortes inconsistências no que tange aos processos de reconhecimento de estudos através de sistemas de acumulação e de transferência de créditos académicos no Ensino Superior, apesar do notável interesse dos seus governos e gestores de determinadas IES públicas e privadas, em parametrizar o sistema de equivalência de estudos em consonância com o de outros países da região e não só, solidificando desta forma, os mecanismos para aprovação dos planos de estudos, de criação de novos cursos, de reconhecimento de títulos e diplomas académicos, baseados em princípios e regras comuns para todo o subsistema de Ensino Superior dos referidos países. República de Timor - Leste (2008); República de Angola (2013); Mendes (2013); Gungula e Faustino (2013); Da Costa Rosário (2014); Sani e Oliveira (2014); Barreto (2014); República de Angola (2016b); República de Angola (2016c).

Como se pode observar, na maioria dos países lusófonos e africanos em geral, existem de alguma forma, sistemas de créditos académicos que, contribuem para estabelecer equivalências de estudos, apesar da insuficiente visibilidade internacional. Não obstante, o processo de mobilidade nem sempre se realiza por convénios bilaterais ou multilaterais, atribuindo ao estudante um determinado número de créditos académicos, de tal forma que seja legível ou co-validado pela instituição de procedência ou pela instituição seleccionada pelo estudante, para dar continuidade à superação técnica ou profissional.

Para mitigar os efeitos da problemática em abordagem, os Estados - membros da União Africana, ratificaram na Conferência realizada entre os dias 30 e 31 de Janeiro de 2016 em Adis Abeba, a revista Convenção de Adis Abeba de 2014, sobre o reconhecimento de estudos, certificados, diplomas, graduações e outras qualificações académicas do Ensino Superior nos Estados de África, e acelerar a criação de um grupo de trabalho informal para a sua implementação e designar o ponto focal para fazer o acompanhamento; assim como, para promover a harmonização das iniciativas de mobilidade de competências de formação técnica e profissional, com os trabalhos em curso sobre a harmonização e a garantia da qualidade no Ensino Superior. União Africana (2016: p. 2).

Não obstante os avanços registados a nível regional e internacional, a insuficiente coordenação na estruturação e na implementação de sistemas de créditos académicos harmonizados nas IES lusófonas africanas, fundamentalmente, impossibilita chegar a acordos para a sua estruturação e materialização, porque poucas vezes se tem em conta que a acumulação de créditos académicos, constitui uma alternativa para a melhoria da qualidade de ensino para os estudantes, professores e investigadores que pretendam continuar os seus estudos em instituições congéneres onde a integração curricular é baseada na análise e na interpretação do sistema de créditos académicos aplicado nas instituições de procedência.

Por outro lado, a limitada compreensão e discussão científica sobre a problemática em abordagem, possibilita inferir que, apesar dos resultados alcançados a nível internacional, as IES lusófonas africanas, especialmente, continuam a dar sinais de que estão construídas em teorias que, fundamentam cegamente que, os estudos de Ensino Superior, constituem a base para o desenvolvimento socioeconómico das nações, e que, a qualidade desse subsistema de ensino, resultará da quantidade, mesmo com a evidente descontextualização em matérias de créditos académicos e a falta de consenso conceitual, sobre o que a comunidade académica (estudantes, docentes, investigadores) e actores que regulam o Departamento Ministerial de Tutela, entendem por qualidade do Ensino Superior. Tauchen, Mendes e Devecchi (2015: p. 251).

Deste modo, torna-se imprescindível salientar que, sem instrumentos criteriosamente elaborados e difundidos para o efeito, a problemática da qualidade do Ensino Superior em diversas IES públicas e privadas nos países lusófonos, continuará no topo de acentuadas discussões científicas, visto que nos últimos dez anos, cada uma à sua maneira, vem promulgando-se como instituição de referência e de qualidade, na mesma proporção em que a sociedade diverge através da experiência sistematizada durante o processo formativo, sobre o que percebe como qualidade do processo formativo.

Por essa razão, o desconhecimento inerente à estruturação de créditos académicos, sobre a sua transcendência e implicações, quer sejam administrativas, financeiras, tecnológicas entre outras, constitui outra barreira que as IES lusófonas africanas ainda não conseguiram contornar, através do envolvimento de profissionais com experiência comprovada na matéria, com autoridade legal e legitimidade académica e científica para aferir a qualidade do Ensino Superior, bem como, sensibilizar os respectivos governos, para que se aprofunde, cada vez mais, o conceito de crédito académico.

Estas divergências conceituais, agudizam-se porque raras vezes são questionadas sobre sólidas bases científicas. Geralmente prevalece a força do senso comum e das probabilidades do conhecimento empírico - espontâneo, visto que os instrumentos essenciais de como a gestão e a avaliação da qualidade de uma IES, teoricamente, deve ocorrer e contextualizar-se, são pouco disponibilizados pelos Departamentos Ministeriais de Tutela, aspecto que facilita ainda mais, o retrocesso no cumprimento dos objectivos traçados para se atingir a mencionada qualidade de ensino, a curto, a médio e a longo prazo.

Nesse sentido, para que as IES protocoladas para estruturação e implementação de um SCAH para os países lusófonos alcancem os resultados objectivados, é fundamental que converjam quanto ao seu conceito. Seja como unidades de medida do trabalho académico realizado pelo estudante numa determinada unidade curricular, ou numa área científica; seja como a quantidade de horas de intercâmbio com o orientador, horas dedicadas a estágios, a trabalhos de investigação supervisionados, individuais, entre outras actividades académicas.

Contudo, autores como Kajibanga (2000); Palacio Gómez et al (2006); Dos Santos Baggi e Lopes (2010); Nascimento (2012); Langa (2012); Lopes (2014); Varela (2015); Gungula (2016); Ribáuè (2016); Aguilar-Castillo e Riveros-Angarita (2017); Panquevo (s/a), entre outros, têm dado significativas contribuições enfocadas na viabilização da mobilidade académica nacional e internacional.

De modo geral, convergem na necessidade da estruturação e da implementação de um sistema de créditos académicos que possibilite melhorar a qualidade do ensino e da investigação; a viabilização da mobilidade do capital humano, o incremento da intercomunicabilidade entre as diversas instituições, dentro de cada país, cidade ou região, no que concerne ao reconhecimento de estudos realizados, desde que as mesmas estejam autorizadas e acreditadas pelos respectivos Departamentos Ministeriais de Tutela.

Com essa perspectiva, a estruturação e a implementação de um SCAH para os países lusófonos, poderá favorecer ainda, o fortalecimento da auto-confiança e da relação entre as instituições protocoladas; aumentará a qualidade de ensino e as opções da comunidade académica em matérias de investigação científica avançada; incrementará a transparência e o profissionalismo das agências nacionais e internacionais vocacionadas para a avaliação, acreditação e reconhecimento de

estudos, títulos e diplomas académicos. Comissão Europeia (1998); UNESCO (2009); República de Cabo Verde (2010).

Os aspectos anteriores estão fundamentados no acelerado desenvolvimento científico e tecnológico que ocorrem no mundo, assim como no insuficiente número de livros e artigos científicos publicados sobre a pertinência da estruturação e da implementação de um SCAH para as IES lusófonas.

Além disso, torna-se indispensável encaminhar este processo com uma dinâmica que faça ênfase em metodologias avançadas de investigação e produção científica; na harmonização de critérios para estruturação de programas de formação e de integração curricular; na elaboração de planos analíticos de cada disciplina, assim como na contextualização dos instrumentos de avaliação da qualidade do Ensino Superior. Campos Saborío (2015).

Esta necessidade fundamenta-se nas limitações analíticas e argumentativas apresentadas pela comunidade académica da Universidade Óscar Ribas, entre outras IES angolanas essencialmente, em circunstâncias de revelar logicamente a transcendência da estruturação e da implementação de um SCAH, como factor de reorganização e desenvolvimento institucional, de viabilização da mobilidade académica e de compromisso com a melhoria da qualidade do ensino e da investigação científica realizados nas referidas instituições.

Consequentemente com a necessidade revelada, destaca-se ainda, a insuficiente coordenação e consenso entre os gestores de IES angolanas e lusófonas no que tange à estruturação de sistemas de créditos académicos harmonizados. Esta situação retarda consideravelmente o processo e dificulta ainda mais, a materialização de propostas conducentes à estruturação e à implementação de sistemas de créditos similares aos implementados em diversas IES Americanas e Europeias, conformadas em lógicas que visam a melhoria da qualidade do Ensino Superior.

Por isso, os autores do presente artigo, consideram que para contribuir para a transformação significativa desta situação, as IES angolanas e lusófonas, necessitam aumentar o número de fóruns, conferências científicas e debates científico - metodológicos que maximizem a sensibilização interinstitucional, para a estruturação lógica e para a implementação de um SCAH como factor de organização e de contextualização dos avanços científicos e tecnológicos que ocorrem no mundo.

Nesta perspectiva, contribui-se para a promoção da transparência do processo de reconhecimento de estudos, quer seja para a sua continuidade, quer seja para fins

profissionais. Simplifica-se o processo de decisão inerente à equivalência de títulos e diplomas académicos emitidos por instituições protocoladas; facilita-se o envio de dados ou a recepção de informações sobre as instituições onde os mesmos foram emitidos; enquadra-se a qualificação dos estudos no sistema de créditos da instituição de origem; assim como a harmonização equilibrada dos distintos programas e planos de estudos.

Metodologia, Resultados e sua Análise

Procurando evidências que confirmem a transcendência da problemática abordada como resultado de uma investigação de natureza qualitativa, pautada pela investigação - acção como um tipo de investigação social baseada na observação de fenómenos associados à acção e à resolução de problemas concretos, Thiollent (1996), se utilizou o Critério de Especialistas para valorar a pertinência científica dos resultados. Sampieri; Fernández-Collado e Lucio (2006).

Seleccionaram-se de forma intencional 22 (vinte e dois) possíveis especialistas, que tiveram relação directa com a elaboração de instrumentos enfocados na garantia da qualidade no Ensino Superior; na estruturação de sistemas de créditos académicos; no aperfeiçoamento da docência universitária, no desenvolvimento de projectos investigativos em áreas de Ciências Sociais e Humanas, assim como em Ciências e Tecnologias em IES angolanas, lusófonas, africanas, europeias e americanas.

Para determinar o coeficiente de competência de cada possível especialista, utilizou-se a metodologia proposta pelo Comité Estatal para a Ciência e a Técnica (1971); Server García (2005). Nessa metodologia, a competência de cada possível

especialista (K) calcula-se empregando a seguinte fórmula: $K = \frac{Kc + Ka}{2}$, onde

(Kc) é o coeficiente de conhecimento e (Ka) o coeficiente de argumentação.

Consequentemente com a metodologia mencionada, seleccionaram-se 15 (quinze) dos possíveis especialistas que obtiveram coeficiente de competência alta e média.

Para corroborar os resultados e determinar se as transformações produzidas na dinâmica de sensibilização interinstitucional sobre a necessidade de análise, de

estruturação e de implementação de um Sistema de Créditos Académicos Harmonizados como factor de viabilização da mobilidade académica em Angola e nos países lusófonos tem significação estatística com a implementação da presente proposta, realizou-se a prova de hipótese não paramétrica de Wilcoxon para duas amostras relacionadas (antes e depois da dinâmica de sensibilização proposta), fixando como nível de significação $\alpha = 0,05$.

Como resultado da prova realizada mediante a utilização do *software IBM SPSS Statistics 20*, observam-se diferenças significativas quanto à necessidade de se maximizar a dinâmica de sensibilização interinstitucional para análise, estruturação e implementação de um Sistema de Créditos Académicos Harmonizados como factor de viabilização da mobilidade académica nas IES lusófonas.

Nesse sentido os especialistas seleccionados, recomendaram a melhoria da coordenação das actividades resultantes de parcerias interinstitucionais e, o apoio à materialização das iniciativas de reestruturação dos programas de estudo e de investigação científica, de acordo com as prioridades concretas de cada instituição e país, salientando a vontade política, como factor determinante para a transformação qualitativa do Ensino Superior ministrado nas distintas instituições criadas e autorizadas legalmente.

Enfatizaram que, para além dos critérios técnicos, científicos e financeiros, os processos de harmonização de créditos académicos, de avaliação institucional e de acreditação de cursos, devem valorizar igualmente, políticas de produtividade, mérito e estímulo; políticas de eficiência e eficácia, de desenvolvimento e inovação, para se atingirem a médio prazo, os níveis de competitividade requeridos, através de padrões de mensuração da qualidade dos resultados obtidos.

No que concerne aos aspectos conceituais de qualidade, os especialistas destacam que é um processo social, dinâmico e de desenvolvimento ascendente que, requer o envolvimento da comunidade académica e autoridades sectoriais que representam a sociedade e os Governos de cada país. Convergem que a qualidade não é abstracta e não se visualiza apenas, na relação entre a dimensão das infra-estruturas e a quantidade de graduados ou pós-graduados formados anualmente. Sublinham que as dimensões, pedagógica, científica, técnica, ética, cultural, política, económica, entre outras, concorrem analogamente, para se alcançar o complexo fenómeno da qualidade que a comunidade académica lusófona e, não só, procuram no actual contexto de desenvolvimento do Ensino Superior contemporâneo.

Considerações finais

Resultado da sistematização teórica realizada nos últimos dois anos, em torno da dinâmica de sensibilização interinstitucional para análise, estruturação e implementação de um sistema de créditos académicos como factor de viabilização da mobilidade académica nos países lusófonos, apresentam-se as seguintes considerações:

Os avanços científicos e tecnológicos que ocorrem actualmente no mundo, indicam que as IES angolanas, lusófonas e africanas fundamentalmente, devem elevar o nível de coordenação de diálogos que derivem de propostas conducentes à estruturação e à implementação de sistemas de créditos académicos contextualizados, vocacionados para promover a cooperação em diversos domínios da ciência, da tecnologia, da inovação e extensão universitária, como factor de viabilização da mobilidade académica nacional, regional e internacional.

Nas IES angolanas e lusófonas que não funcionam com sistema de créditos académicos, os critérios para estabelecer as equivalências de estudos, associam-se geralmente a uma análise dos programas analíticos de cada disciplina, verificando aspectos relacionados com a bibliografia, conteúdos, carga horária teórica e prática, certificações apresentadas, entre outros aspectos.

Apesar da existência de sistemas de créditos académicos em algumas IES lusófonas, os mesmos não correspondem a um modelo com parâmetros similares e transparentes, razão pela qual, se propõe a estruturação e a implementação de um Sistema de Créditos Académicos Harmonizados, independentemente das eventuais diferenças institucionais, no que concerne ao número de áreas de conhecimento em estudo e as experiências sistematizadas pelas mais antigas ou pelas mais recentes instituições protocoladas.

É imprescindível fomentar a cultura científica, o compromisso com a qualidade do Ensino Superior no actual contexto socioeconómico e de desenvolvimento das IES lusófonas africanas, fundamentalmente, tendo em conta a necessidade de se promover a cultura do mérito, de se estimular a circulação de informação científica, técnica, pedagógica e administrativa, assim como viabilizar o intercâmbio de revistas e publicações científicas.

Referências Bibliográficas

- Aguilar-Castillo, Yorleni e Riveros-Angarita, Alba. (2017). La internacionalización de la educación superior: Concepto y evolución del modelo en la Universidad de Costa Rica. **Revista Educación**. Volume 41, número 1. Costa Rica (Pp.1-31).
- Barreto, Augusto. (2014). O fraco desempenho dos estudantes no ensino superior na Guiné-Bissau: A herança do ensino básico. **Revista Eletrônica Diálogos Acadêmicos**. Volume 7, número 2. Brasil (Pp.18-28).
- Brovetto, Jorge. (s/a). El futuro de la educación superior en una sociedad en transformación. Extraído de <http://portal.unesco.org/education/es/files/10556/10427202010Brovetto.pdf/Brovetto.pdf>. Consulta: 16/02/2017.
- Campos Saborío, Natalia. (2015) ¿Por qué es importante que el personal docente investigue? Reflexión a partir de datos de una experiencia de investigación etnográfica. **Revista Electrónica Actualidades Investigativas en Educación**. Volume 15, número 3. Costa Rica (Pp. 1-16).
- Comissão Europeia. (1998). Sistema Europeu de Transferência de Créditos. Manual do utilizador do ECTS. Extraído de: http://www.fam.ulsiada.pt/downloads/bolonha/ects_manual.pdf. Consulta: 16/02/2017.
- Comité Estatal para la Ciencia y la Técnica. (1971). **Metodología para la determinación de la competencia de los expertos**. Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas, Rússia.
- Da Costa Rosário, Lourenço. (2014). Universidades moçambicanas e o futuro de Moçambique. **Ensino Superior em Africa**. Volume 10. Brasil (Pp.46-55).
- Declaração de Bolonha. (1999). Declaração conjunta dos Ministros da Educação Europeus, Bolonha, Itália.
- Declaração de Sorbonne (1998). Déclaration conjointe des quatre ministres en charge de l'enseignement supérieur en Allemagne, en France, en Italie et au Royaume-Uni, Sorbonne, Paris.

Eurico Wongo Gungula, Josefina Castellero Velasquez y Maria da Conceição Barbosa Rodrigues Mendes,
Telos Vol. 19, No. 2 (2017). 288-307.

- Dias Sobrinho, José. (2006). Paradigmas e políticas de avaliação da educação superior. Autonomia e heteronomia. Extraído de <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100614123952/9Sobrinho.pdf>. Consulta: 16/02/2017.
- Dos Santos Baggi, Cristiane. e Lopes, Doraci. (2011). Evasão e Avaliação Institucional no Ensino Superior: Uma Discussão Bibliográfica. **Revista da Avaliação da Educação Superior**. Volume 16, número 2. Brasil (Pp.355-374).
- ECTS. (2015). *European Credit Transfer and Accumulation System*. Users' Guide. Extraído de http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/repository/education/ects/users-guide/docs/ects-users-guide_en.pdf. Consulta: 16/02/2017.
- Gungula, Eurico. e Faustino, Arnaldo. (2013). Actual state of researches in science, technology and society of African universities. III International research and practice conference, Westwood, Canada.
- Gungula, Eurico Wongo. (2016). A implementação de créditos académicos como factor de viabilização da mobilidade académica nos países lusófonos: uma necessidade regional. XXV Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP). Díli, Timor - Leste.
- Kajibanga, Victor. (2000). Ensino Superior e a dimensão cultural de desenvolvimento: Reflexões sobre o papel do Ensino Superior em Angola. **Africana Studia**. Volume 3. Portugal (Pp. 137-151).
- Langa, Patrício. (2012). A Mercantilização do Ensino Superior e a relação com o saber: a Qualidade em Questão. **Revista Científica UEM, Ser: Ciências da Educação**. Volume 1, número 0. Moçambique (Pp.21-41).
- Langa, Patrício. (2013). **Mapping Higher Education Landscape in the Portuguese Speaking Countries**. African Minds. South Africa.
- Langa, Patrício. (2014). Alguns desafios do Ensino Superior em Moçambique: Do conhecimento experiencial à necessidade de produção de conhecimento científico. Extraído de:

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2014/IESE-Desafios2014_13_EnsSup.pdf. Consulta: 16/02/2017.

- Lopes, Luísa da Silva. (2014). **A Lei de Bases do Sistema Educativo da Guiné-Bissau: Uma análise do processo de construção política**. Tese de Mestrado. Mestrado em Ciências da Educação. Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.
- Mendes, Maria. (2013). **Avaliação da Qualidade e Educação Superior em Angola: o caso da Universidade Agostinho Neto**. Tese Doutoral. Doutorado em Ciências da Educação. Universidade do Minho, Minho, Portugal.
- Mendes, Maria. e Da Silva, Eugénio. (2011). Avaliação, Acreditação e Gestão do Ensino Superior em Angola: percepções, desafios e tendências. Extraído de http://www.forumgestaoensinosuperior2011.ul.pt/docs_documentos/15/paineis/08/mcbm_eas.pdf. Consulta: 16/02/2017
- Nascimento, Adão. (2012). Os Desafios da Gestão e da Qualidade do Ensino Superior em Angola. Comunicação apresentada no Conselho Consultivo do Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia. Benguela, Angola.
- Nunes, Isabel. (2001). O Sistema de Créditos ECTS. Extraído de https://aep.tecnico.ulisboa.pt/files/sites/22/Sist_Cred_ECTS.pdf. Consulta: 16/02/2017.
- Palacio Gómez, Rodrigo. Mancera Guzmán, Claudia. Guasca Velásquez, Carlos. Cruz, Luis. Parra Piñeros, William. (2006). Estado del arte de la implementación del método de créditos académicos aprendizaje autónomo en las instituciones de educación superior en Colombia. **Revista Investigación y Reflexión**. Volumen 14, número 2. Colombia (Pp.77-9).
- Panquevo, Jaime. (s/a). Algunas consideraciones sobre los créditos académicos o unidades de labor Académica - ULA. Extraído de http://www.pedagogica.edu.co/storage/rce/articulos/6_16noti.pdf. Consulta: 16/02/2017.

- República de Angola. Conselho de Ministros. (2009a). Decreto número 5/09, de 7 de Abril, I Série, número 64. Regiões Académicas que delimitam o âmbito territorial de actuação e expansão das instituições de Ensino Superior. Luanda, Imprensa Nacional. Angola.
- República de Angola. Conselho de Ministros. (2009b). Decreto número 90/09, de 15 de Dezembro, I Série, número 237. Normas Gerais Reguladoras do subsistema de Ensino Superior. Luanda, Imprensa Nacional. Angola.
- República de Angola. Conselho de Ministros. (2016b). Decreto número 84/16, de 18 de Abril, I Série, número 61. Criação da Academia de Ciências Sociais e Tecnologias. Luanda, Imprensa Nacional. Angola.
- República de Angola. Conselho de Ministros. (2016c). Decreto número 82/16, de 18 de Abril, I Série, número 61. Regras de base para o enquadramento, em níveis de qualidade, das iniciativas de criação e do desempenho das Instituições de Ensino Superior. Luanda, Imprensa Nacional. Angola.
- República de Angola. Diário da República. (2013). Decreto número 172/13, de 29 de Outubro, I Série número 208. Estatuto Orgânico do Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior. Luanda, Imprensa Nacional. Angola.
- República de Cabo Verde. Conselho de Ministros. (2010). Decreto - Legislativo número 2/2010, de 7 de Maio, I Série, número 17. Cabo Verde.
- República de São Tomé e Príncipe. Diário da República. (2003). Lei número 2/2003. Lei de Bases do Sistema Educativo, de 2 de Junho de 2003, número 7. São Tomé e Príncipe.
- República de Timor - Leste. Jornal da República. (2008, p. 2652). Lei de Bases da Educação número 14/2008, I Série - número 40. Timor – Leste.
- República de Angola. Assembleia Nacional. (2001). Lei de Bases do Sistema de Educação. Extraído de:
http://welvitchia.com/SESA_files/Lei%2013_01_Lei%20de%20Bases%20do%20Sistema%20de%20Educacao%20de%20Angola%202001.pdf.
Consulta: 16/02/2017.

- República de Angola. Assembleia Nacional. (2016a). Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino Lei número 17/16 de 7 de Outubro. Angola.
- República de Angola. Secretaria de Estado para o Ensino Superior (2005). Linhas Mestras para a melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior. Extraído de <http://planipolis.iiep.unesco.org/es/2005/linhas-mestras-para-melhoria-da-gestao-do-subsistema-do-ensino-superior-5166>. Consulta: 16/02/2017.
- Restrepo, José. (2008). Sistema de Créditos Académicos (SICA) y Complemento al Título (CAT) para América Latina. Extraído de <http://www.6x4uealc.org/site2008/p01/07.pdf>. Consulta: 16/02/2017.
- Ribáuè, Albertina. (2016). Análise da implementação da metodologia de ensino baseado em competências na formação de profissionais nas instituições do ensino superior em Moçambique. **Revista Electrónica de Investigación e Desenvolvimento**. Volume 1, número 6. Moçambique (Pp.1-15).
- Rodrigues, Maria. e Cassy, Bhangy. (2011). A Gestão Académica como determinante da Qualidade de Ensino. Comunicação apresentada número 1 encontro da FORGES, sobre Gestão Académica Lisboa, Portugal. Extraído de http://www.forumgestaoensinosuperior2011.ul.pt/docs_documentos/15/paineis/09/mafr_bc.pdf. Consulta: 16/02/2017.
- Sampieri, Roberto. Fernández-Collado, Carlos. e Lucio, Pilar. (2006). Metodología de la investigación. Editorial McGraw-Hill. México.
- Sani, Quecoi. e Oliveira, Marlize. (2014). Educação Superior e desenvolvimento na Guiné-Bissau: contribuições, limites e desafios. **Revista Pedagógica, Chapecó**. Volume 16, número 33. Brasil (Pp.127-152).
- Server García, Pedro. (2005). Criterios de Evaluación por Expertos en Investigaciones Sociales. Cuba. Universidad de Ciego de Ávila.
- Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area (2015). Bologna Process. Extraído de http://www.eua.be/Libraries/quality-assurance/esg_2015.pdf?sfvrsn=0. Consulta: 16/02/2017.

Eurico Wongo Gungula, Josefina Castellero Velasquez y Maria da Conceição Barbosa Rodrigues Mendes,
Telos Vol. 19, No. 2 (2017). 288-307.

Tauchen, Gionara. (2016). Avaliação do Ensino Superior nos Países Lusófonos: Um estudo comparado. Extraído de: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.aforge.s.org/wp-content/uploads/2016/11/9-Gionara-Tauchen_Avaliacao-do-ensino-superior-nos-paises-lusofonos.pdf&gws_rd=cr&ei=iLjbWPuiLYGYmQGrn6mYCQ. Consulta: 16/02/2017.

Tauchen, Gionara. Mendes, Maria. Devecchi, Catia. (2015). Garantia da qualidade e da avaliação: um estudo comparado sobre as decorrências do processo de Bolonha na comunidade dos países de língua portuguesa. **Revista Espaço Pedagógico**. Volumen 22, número 2. Brasil (Pp.240-263).

Tenório, Robinson. Andrade, Maria. (2009). A avaliação da educação superior no Brasil: desafios e perspectivas. Extraído de: <http://books.scielo.org/id/wd/pdf/lordelo-9788523209315-03.pdf>. Consulta: 16/02/2017.

Thiollent, Michel. (1996). Metodologia da pesquisa-ação. Editorial Cortez. Brasil.

UNESCO (2009). Conferência mundial sobre o Ensino Superior: As novas dinâmicas do Ensino Superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social. Paris, França. Extraído de: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:cW5FxrIIbzYJ:portal.mec.gov.br/docman/abril-2010-pdf/4512-conferencia-paris+&cd=1&hl=es-419&ct=clnk&gl=ve>. Consulta: 16/02/2017.

União Africana (2016). Vigésima Sexta Sessão Ordinária. Decisões, Declarações e Resoluções. Adis Abeba, Etiópia.

Varela, Bartolomeu. (2015). O Ensino Superior em África: potencialidades, desafios e perspetivas. Universidade de Cabo Verde. Extraído de https://bartvarela.files.wordpress.com/2015/10/ensino-superior-em-c3a1frica_out-2015.pdf. Consulta: 16/02/2017.